

Moção específica ao IX Congresso do LIVRE

Recuperar o LIVRE, resgatar a política

Nas eleições legislativas de Outubro de 2019, o LIVRE logrou ver-se representado na Assembleia da República, na sequência de uma campanha em que membros, apoiantes e simpatizantes se envolveram de alma e coração. A eleição de uma deputada encheu todos os LIVREs de entusiasmo e esperança, pois existiam agora as condições para que os valores defendidos pelo partido passassem a ser conhecidos por mais e mais pessoas, ao mesmo tempo que era possível trabalhar com vista à defesa e implementação de medidas que melhorassem a vida de todos.

Todavia, não foi assim que as coisas se passaram. É verdade que o LIVRE começou a ser mais conhecido dos portugueses, mas não pelas razões que pretendíamos. O LIVRE ficou conhecido, é hoje conhecido, devido às peripécias, atribulações e polémicas internas em que se viu envolvido de Outubro até hoje, o que conduziu à degradação da imagem pública e da credibilidade do partido. Por outro lado, a falta de articulação entre os órgãos do partido e o gabinete parlamentar, agravada pelas constantes declarações à comunicação social, afectaram, de modo insanável, as relações institucionais entre os órgãos do LIVRE e a deputada eleita. Mas também entre a deputada eleita e a generalidade dos membros, apoiantes, simpatizantes e votantes do LIVRE, que, com estupefação e tristeza, a ouviram afirmar que ganhou as eleições sozinha.

Por sua vez, do ponto de vista mais estritamente político, a situação é não apenas preocupante como confrangedora: apenas duas iniciativas foram apresentadas pela deputada (Projeto de Lei 126/XIV e Projeto de Resolução 64/XIV), sendo a primeira, o projeto de lei de alteração à lei da Nacionalidade, de particular relevância para o partido, foi apresentada fora do prazo. Mesmo tendo em conta que o trabalho parlamentar se estende para além do hemiciclo, é manifestamente pouco... Ainda para mais tendo em conta os problemas ambientais a que Portugal não escapa, a degradação dos serviços públicos que se agravou apesar do governo da 'Gerigonça', a chegada da extrema-direita ao parlamento e a perigosa cooptação que esta tem feito de temas como a corrupção, entre outras questões prementes em que é necessário que o LIVRE tenha não apenas uma palavra a dizer, mas em também se assuma como uma voz que deve ser ouvida. Ao que foi dito, acresce o facto de as intervenções da deputada no hemiciclo evidenciarem falta de

preparação, circunstância que encontra parte da explicação no facto do gabinete parlamentar assumir uma postura dissidente em relação aos órgãos do partido, com destaque para o Grupo de Contacto.

Hei-nos chegados a um ponto em que as causas defendidas pelo LIVRE parecem não conseguir sobrepor-se ao ruído constante provocado pelos *faits divers* mais estapafúrdios; em que o coletivo parece soçobrar numa desmedida exposição mediática do indivíduo; em que o partido se arrisca a ver a sua própria sobrevivência posta em causa. Assim sendo, no caso de a deputada não se dispuser a renunciar às suas funções, o LIVRE não tem outra alternativa a não ser retirar-lhe a confiança política.

Signatários

Manuel Alfredo de Lima Oliveira

Augusto Manuel Oliveira Ramoa Rodrigues

Bruno Machado

Maria de Fátima Nogueira Lopes

João Carlos Gama Martins de Macedo

Documento sujeito a votação